

MIOPIA BURGUESA E ESTRATÉGIA AUTORITÁRIA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 27.04.1980

De repente a tradicional miopia da burguesia ressurgiu com toda clareza e se transformou no principal trampolim de mais uma escalada dos setores autoritários senão fascistas da própria burguesia e da tecnoburocracia. Ainda que não existam condições objetivas para um novo golpe de direita, o certo é que amplos setores da burguesia, ao se aprovarem com uma pacífica embora decidida greve dos metalúrgicos do ABC, estão dando uma prova de falta de visão e de incapacidade de liderança contestadoras para uma classe que nestes últimos cinco anos vinha cada vez mais consistentemente formulando um projeto de hegemonia política democrática.

De fato, desde 1975 e mais particularmente desde 1977 setores cada vez mais amplos da burguesia engajaram-se em uma luta pela redemocratização do país. Para isso tiveram que vencer resistências dentro da própria grande burguesia, da velha burguesia mercantil especulativa e principalmente da nova tecnoburocracia estatal, civil e militar. Nesta ação política seus líderes mais representativos e liberais perceberam que era essencial para a burguesia não só o apoio das camadas médias tecnoburocráticas e pequenas burguesas não comprometidas com a ditadura, mas também o apoio da classe operária, que desde as eleições de novembro de 1974 ressurgira como uma força política significativa nesse país.

O processo de abertura política iniciado efetivamente em 1977 foi em grande parte fruto de um projeto de hegemonia política burguesa em bases democráticas. E este processo não só implicou na eliminação de uma série de dispositivos legais autoritários mas também em uma redução do poder da tecnoburocracia militar e de seus aliados de direita, e em uma mudança da política salarial. Esta, desde 1975, deixou de pressionar para baixo os salários e procurou acompanhar a taxa de inflação e mesmo garantir aos trabalhadores pelo menos uma parcela da taxa de produtividade.

Desde essa época, entretanto, o Brasil estava em crise econômica. A abertura política coincidiu ou se entrelaçou com o agravamento da inflação, do desequilíbrio externo e do déficit de caixa do Estado. O atual Governo instaurou-se no início de 1979 sob a égide da abertura política e da crise econômica. E, embora constituindo-se em uma continuidade do sistema de poder anterior (o que mostra bem o caráter limitado e incompleto da abertura), o novo Governo pretendeu, em um primeiro momento, se transformar no instrumento de um novo pacto político no qual os trabalhadores estariam incluídos. Com isto, ao mesmo tempo em que assegurava o poder, o Governo se transformaria em representante da burguesia liberal e mediador dos interesses dos trabalhadores.

Este projeto traduziu-se em uma série de medidas concretas. No plano político, ao mesmo tempo em que prosseguia o processo de abertura política, o presidente assumia abertamente atitudes populistas e o PDS adotou um programa socialmente avançado que contemplava até a co-gestão. No plano econômico, a política salarial tornou-se mais benéfica para os trabalhadores, através da aprovação da nova lei salarial, no final de 1979. Por outro lado, para combater a inflação definiu o objetivo de reduzir os lucros e os juros. Para isso tomou uma série de medidas, as quais, entretanto, não obtiveram muito êxito: aplicou um redutor sobre a taxa de juros, tabelando-a, mas os bancos pressionados pelos aplicadores, estão sistematicamente cobrando taxas mais altas do que a permitida: aumentou o CIP sobre os preços, mas empresas não cumprem corretamente as decisões daquele órgão; elevou alguns impostos, mas foi obrigado a eliminar outros, como o imposto de exportação sobre a soja; vem tentando reduzir o crédito, mas as empresas e as instituições financeiras resistem o mais que podem à redução da liquidez.

A resistência das empresas dificultava assim a eficácia da política econômica do Governo. Este, para transformar-se em veículo efetivo de um novo pacto de poder no Brasil, exigia sacrifícios da classe dominante. A burguesia, por sua vez, descrente da capacidade deste Governo de liderar o processo do qual ela sairia politicamente hegemônica, dada a falta fundamental de legitimidade do próprio Governo e de credibilidade de seus principais representantes, recusava-se em última análise a colaborar.

Por outro lado, o insucesso da política antiinflacionária, expresso nos 6,2% de aumento do índice geral de preços, criou um clima de afobação e excitação ao nível da burguesia e do Governo. Embora esse insucesso em absoluto seja definitivo (provavelmente os índices de inflação serão menores em abril), era preciso ou conveniente encontrar um culpado para a história. Já que não podia ser nem a resistência da burguesia em ver seus lucros, juros e aluguéis reduzidos, nem a incompetência, ilegitimidade e falta de credibilidade do próprio Governo, não restavam outros culpados senão os trabalhadores. Este foi o diagnóstico dos elementos mais reacionários da burguesia, reunidos na FIESP, e dos setores mais autoritários dentro do próprio Governo. Teve apoio em boa parte da imprensa burguesa.

O resultado foi a orquestração de uma enorme campanha através da qual se procurava atribuir aos salários a culpa da inflação. Esta campanha resultou na grave decisão do Governo no sentido de que a política salarial seria alterada, sendo excluídos do cálculo do INPC os aumentos dos preços do petróleo decididos pela OPEP, porque esses aumentos são um imposto que todos os brasileiros deveriam pagar. Sem dúvida os aumentos do preço do petróleo, na medida em que reduzem nossa capacidade de importar, são uma espécie de imposto, mas esse imposto deverá se consubstanciar em reduções na taxa de aumento efetivo da produtividade, obrigando assim também os trabalhadores a pagar por ele. Nos termos da lei salarial não se justifica, portanto, a abertura de uma válvula para o desfiguramento do INPC. Através dessa decisão, entretanto, iniciava-se o rompimento das relações que de fato o Governo não conseguira estabelecer com os trabalhadores.

Mas a conseqüência mais grave dessa campanha da direita autoritária, em que a miopia da burguesia tornou-se transparente, foi a decisão de não negociar com os trabalhadores do ABC, intervir em seu sindicato a prender seus líderes.

Nesse momento a falta de visão política da burguesia, que apoiou ou não repudiou com suficiente firmeza a estratégia autoritária de uma minoria instalada em suas associações de classe e no Governo, tornou-se patente. Em face à recusa dos trabalhadores de aceitar a primeira decisão do TRT (provavelmente um erro político dos seus líderes), a burguesia deixou-se levar pelo medo ou pela indignação. Considerou que os trabalhadores não estavam correspondendo a suas intenções de conciliação, esquecendo-se que essas intenções não haviam ainda se transformado em realidade. E, passou,

através de seus órgãos de imprensa, a acusar os trabalhadores de radicais, quando estes realizavam uma greve pacífica o ordeira, ainda que decidida, sem sequer recorrer a piquetes.

O Governo, por sua vez, que já abandonara suas veleidades populistas há algum tempo, e se sentia isolado da burguesia, entendeu que ela era representada por sua direita autoritária e com ela se identificou. Encontrou na greve a oportunidade para intervir ditatorialmente, imaginando com isso recuperar a própria autoridade e o apoio da burguesia. Isto, entretanto, dificilmente acontecerá, na medida em que a burguesia brasileira não se identifica com essa direita autoritária.

Faltou, entretanto, está faltando à burguesia visão e discernimento para compreender que as greves são fenômenos normais no sistema capitalista, que se as greves custam caro para as empresas custam caro também para os operários e têm nessa fato seu limite natural, que as greves não são uma forma de contestação ao regime mas a própria forma de funcionamento democrático do regime. Por outro lado faltou ou está faltando à burguesia visão e discernimento para compreender que o Governo que está aí não tem condições de ser o instrumento de um novo pacto social democrático, na medida em que em seu seio continuam a prevalecer forças autoritárias. Esta tarefa seria eventualmente realizada pelos partidos da oposição, através de uma Assembléia Constituinte, que poderá reunir burguesia, tecnoburocracia e trabalhadores em torno de alguns objetivos comuns- o desenvolvimento, a justiça social, a democracia - sem tentar eliminar ou abafar autoritariamente suas contradições. E é exatamente essa tarefa essencial para a solução da crise brasileira que está sendo posta em risco pela estratégia da direita autoritária e pela miopia de grande parte da burguesia.

É certo que não existem condições objetivas dentro da sociedade brasileira para o estabelecimento de um pacto político entre a burguesia e a classe operária nos moldes do antigo do antigo pacto populista. Mas sem dúvida é possível e necessária a definição de um pacto social, que regule a cooperação e o conflito entre as classes sociais neste país. Em sua qualidade de classe dominante, este pacto deverá ou deveria normalmente ser liderado pela burguesia industrial brasileira, nos quadros de um amplo processo de redemocratização do Brasil. A estratégia de recuperação do poder da direita autoritária, instalado no Governo e na FIESP, entretanto, somou-se nos últimos dias à falta de visão política da burguesia em geral, colocando assim em risco o trabalho de alguns anos que

os setores mais avançados dessa burguesia vinham realizando no sentido da redemocratização do país. (27/04)